



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3173 20/08/2025

REFORMA ADMINISTRATIVA MIRA SERVIDORES DA ATIVA E MOBILIZAÇÃO SINDICAL SE INTENSIFICA

Na última segunda-feira (18), o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa na Câmara, declarou à Folha de S. Paulo que a proposta não se limita aos novos ingressos, ou seja, os servidores da ativa também estão na mira. Esta informação reforça alertas que Condsef/Fenadsef e sindicatos vêm levantando há meses: a Reforma ameaça direitos históricos já consolidados.

Segundo o relatório preliminar, a Reforma adota um viés mais fiscalista e punitivista, com medidas que podem desestabilizar a atuação técnica dos trabalhadores. Entre os principais pontos:

- Avaliação de desempenho para progressão na carreira, substituindo o critério do tempo de serviço, com sistema unificado para todos os poderes e esferas;
- Expansão das contratações temporárias, com cadastro nacional, contratos de até cinco anos, quarentena de um ano para recontração e direitos essenciais, como FGTS, 13º e licença-maternidade;
- Bônus por resultados, vinculados ao atingimento de metas institucionais e condicionados à situação fiscal do órgão;
- Teletrabalho limitado: apenas um dia por semana — com possíveis extensões mediante justificativa pública;
- Concurso Nacional Unificado (CNU) unificando seleções para a União, estados e municípios;
- Planejamento estratégico obrigatório: prefeitos, governadores e o presidente teriam até 180 dias após a posse para apresentar planos com metas e indicadores.

Um alerta foi ligado, o relatório pode ser votado diretamente em Plenário, sem passar por comissões, o que restringe o espaço para debate e emendas.

Ponto de atenção do movimento sindical

A Condsef/Fenadsef alerta que essas

mudanças colocam em risco direitos preciosos, como estabilidade, autonomia técnica, garantias e igualdade de plano de carreira. Avaliações subjetivas podem gerar assédio e pressionar servidores por metas muitas vezes inalcançáveis.

SINTSEF-CE DISCUTE DEMANDAS DE SERVIDORES DO MS, CEDIDOS AO ESTADO, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Na última terça-feira (20), representantes da direção colegiada do Sintsef-CE participaram de reunião com o deputado estadual Missias do MST (PT), na Assembleia Legislativa do Ceará, para tratar de dois Projetos de Lei de interesse dos servidores do Ministério da Saúde cedidos ao governo estadual.

Pautas discutidas

O primeiro projeto trata da alteração da Lei 17.132/2019, que regulamenta a Gratificação de Desempenho Institucional (GDI). A proposta busca corrigir a atual regra que suspende o pagamento da gratificação a partir do quarto dia de afastamento do servidor por motivo de saúde, o que tem sido considerado prejudicial à categoria.

O segundo projeto diz respeito à Lei do ISSEC (Lei nº 16.530/2018), com a proposta de incluir os servidores do Ministério da Saúde cedidos ao Executivo estadual no plano de saúde estadual também após a aposentadoria. O deputado Missias informou que ambos os projetos receberam parecer desfavorável em seu trâmite inicial na Assembleia Legislativa.

Diante desse cenário, o deputado sugeriu alterar a estratégia de condução da pauta e agora articulará uma reunião com o procurador-geral do Estado, com o objetivo de sensibilizá-lo e obter seu apoio às propostas.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO